

## APRESENTAÇÃO

Um país dividido não apenas em dois, mas em múltiplos fragmentos. Do centro para a direita, as posições variam desde a recusa crítica, usualmente seletiva, mas não raramente franca, de um governo negligente com a corrupção, até o mais atemorizante fascismo, passando por graus diversos de oportunismo político e econômico. Do centro para a esquerda, há desde governistas incondicionais, preocupados em muitos casos com a mera preservação do poder, até aqueles que se sentem incapazes de pronunciar-se publicamente contra o golpe político-judicial em razão da orientação liberal-conservadora do governo. No meio desses dois extremos, definidores dos limites do flanco à esquerda, encontra-se a posição predominante que se expressa sinteticamente no lema “Não vai ter golpe”.

Se a Sociedade Brasileira de Economia Política pode se representar por sua Direção, então há o que podemos chamar de posição oficial da instituição. Considerando que a conjuntura do país cobra posicionamentos institucionais, julgamos pertinente reproduzir nesse editorial a nota da Direção da SEP recentemente publicada. Segue seu texto na íntegra:

A Sociedade Brasileira de Economia Política, em respeito aos seus 20 anos de luta contra a ditadura do pensamento único em Economia, ditadura que se transforma em ditadura das políticas e dos interesses de poucos em detrimento das condições de vida e de progresso humano da imensa maioria da população, não poderia deixar, neste momento crítico da história brasileira, de vir a público para veementemente repudiar toda e qualquer manobra escusa no sentido de destruir o Estado Democrático de Direito e suas instituições.

Destruir agora nossa democracia ainda criança terá como resultado necessário o retrocesso político e o aniquilamento das parcas melhorias sociais até agora conquistadas. As forças que se empenham no golpe são, na maior parte dos casos, aquelas que também estão dizendo que a Constituição de 1988 não cabe na economia brasileira.

É preciso utilizar toda a capacidade de mobilização das forças democráticas e progressistas para afastar definitivamente de nosso país essa ameaça.

A única chance que temos de continuar a lutar para que tenha fim a inaceitável desigualdade material e a fratura social que mancha nossa história e manchará nosso futuro na hipótese de sua continuidade ou aprofundamento é a preservação da legalidade democrática e do Estado de Direito.

A SEP não se omitiria neste momento crucial.

**RESISTIREMOS.**

**NÃO VAI TER GOLPE.**

Como vem ocorrendo nas últimas edições, o número 43 da Revista da SEP traz seis artigos e uma resenha. O primeiro trabalho, assinado por Thiago Leão Cardoso e Eduardo Costa Pinto traz uma interessante consideração a respeito da concepção marxiana de desenvolvimento. Em “Teorias do desenvolvimento: uma análise marxista para além da acumulação”, os autores

caracterizam o afastamento de Marx da posição da economia política clássica defendendo a ideia de que sua concepção de desenvolvimento não tem por base a exacerbação bem-sucedida do processo de acumulação de capital.

Em seguida, a edição traz o denso trabalho de Paulo Henrique Furtado de Araujo: “Marx: capital, Estado e política”. Araujo baseia-se numa combinação, de certa forma surpreendente, de autores (Chasin, Lukács e Postone, dentre outros) para passar em revista a produção de Marx relativa ao Estado e à política. O nível de abstração mais elevado adotado no trabalho contrasta com a concretude da análise de Daniel de Pinho Barreiros, em seu “Um mundo dividido: mercado mundial, as relações interestatais e o advento da Era Contemporânea (1870-1914)”. Escrevendo História dessa forma, com “h” maiúsculo, Barreiros se debruça sobre um tema de interesse de muitos pesquisadores da SEP: a gênese histórica do nosso mundo, o mundo comandado pelo capital.

O quarto artigo da edição opera num plano intermediário entre os dois anteriores, tecendo um rico comentário, baseado nas formulações de Celso Furtado e Alice Amsdem, sobre o desenvolvimento da periferia capitalista, em particular latino-americana. No trabalho intitulado “A industrialização dos retardatários nas visões de Furtado e Amsdem: convergências, divergências e complementaridades”, a questão

da incorporação do desenvolvimento do progresso técnico comparece como elemento distintivo da trajetória de desenvolvimento dos países periféricos, mais do que o grau de industrialização alcançado. Essa temática volta a ser discutida, agora com foco na obra de Celso Furtado, no artigo de Herton Castiglioni Lopes: “Celso Furtado e o progresso técnico”. Além de percorrer a obra de Furtado com competência, Lopes adiciona à análise do autor um comentário crítico singular.

No sexto e último artigo da edição, Rodrigo Delpupo Monfardini eleva novamente o nível de abstração ao discutir o procedimento metodológico adotado por Marx em sua crítica da economia política. Em “O capital e a crítica ontológica”, Monfardini recorre a autores como Duayer, Bhaskar e Lukács para defender a ideia de que a crítica de Marx é uma crítica ontológica, isto é, uma crítica que examina as raízes concretas das concepções cuja falsidade é demonstrada.

A resenha desta edição tem por objeto o interessantíssimo livro da professora Lucia Pradella, “Globalisation and the critique of political economy: new insights from Marx’s writings”, lançado em 2015. Os autores da resenha são Leonardo de Magalhães Leite e Patrick Galba de Paula.

Como tem ocorrido desde o número 39, a Revista tem buscado uma integração direta com o Encontro Nacional de Economia Política. Além de coletar trabalhos já publicados e submetidos ao Enep, as temáticas do Encontro fazem-se sempre presentes nos artigos da Revista. Registramos nosso agradecimento aos apoiadores de sua XXI edição, a ser realizada na Universidade Federal do ABC, entre 31 de maio e 03 de junho de 2016, que discutirá o tema “A Economia Política da Recessão”.

A Sociedade Brasileira de Economia Política agradece ao apoio de CAPES, CNPq, BNDES, IPEA, FAPESP e UFABC à XXI edição do Encontro Nacional de Economia Política.